



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

27/06/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	4
3.2. DESEMBARGADORES.....	5 - 6
3.3. EVENTOS.....	7
3.4. SEM ASSUNTO.....	8
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. SERVIDORES.....	9
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. JUÍZES.....	10
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	11
6.2. DESEMBARGADORES.....	12 - 13
6.3. EVENTOS.....	14
6.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	15
6.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	16
6.6. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	17

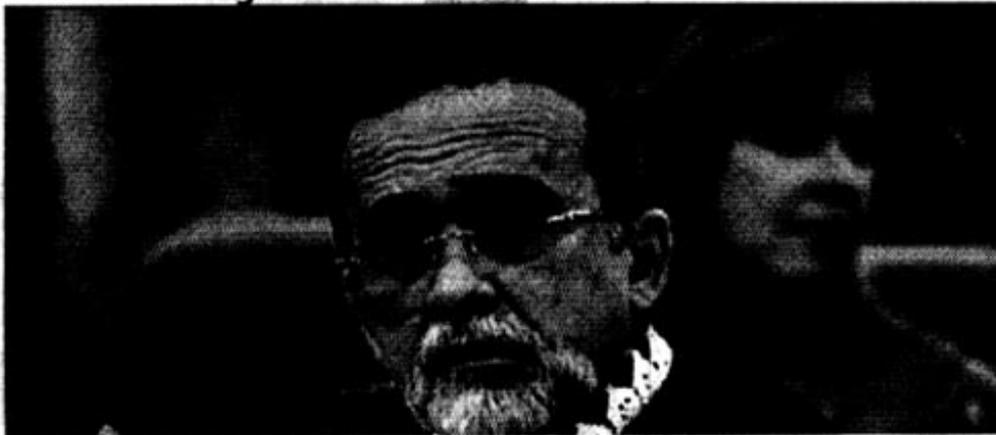
TJMA ADQUIRE SISTEMA DE PESQUISA VIRTUAL PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES

Já está disponível na intranet do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a “Revista dos Tribunais On Line” – sistema virtual de informações sobre legislação, doutrina, e jurisprudência e outras publicações jurídicas. O acesso ao conteúdo é exclusivo para magistrados e servidores e pode ser feito de todo o Estado, do local de trabalho do usuário.

Por meio de um contrato com vigência de um ano, o TJMA investiu recursos do Fundo de Modernização e Aparelhamento do Judiciário (Ferj) na aquisição da plataforma, que agrega conteúdos de jurisprudência, legislação, doutrina, súmulas, pareceres, entre outros oriundos de sites da internet, incluindo cortes estaduais e federais, tudo em um só lugar e atualizado diariamente.

O sistema oferece conteúdo online da Revista dos Tribunais desde 1986, bem como de mais 12 revistas especializadas em diversos ramos do Direito editadas pela RT, que foi adquirida pelo grupo Thonson Reuters e também traz conteúdo noticioso nacional e internacional, com atualizações diárias.

DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ ALMEIDA PARTICIPA DE CONFERÊNCIA DE CONCILIAÇÃO EM BRASÍLIA



O presidente do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Luiz Almeida, participa, nesta sexta-feira (28), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, da I Conferência Nacional de Conciliação e Mediação. Acompanham o desembargador os juízes Nelson Morais Rego e Alexandre Abreu (coordenador do núcleo).

“O evento é uma promoção do Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário, e tem como objetivo divulgar práticas conciliatórias e estimular a construção de políticas públicas permanentes de mediação e conciliação junto à sociedade”, informa o desembargador.

Na oportunidade, os agentes envolvidos com o sistema judicial irão desenvolver um debate visando potencializar a utilização dos métodos consensuais de resolução de conflitos pela sociedade.

A palestra magna será proferida pelo professor Rory Van Loo (Universidade de Harvard), com o tema “Desafios para a construção de uma justiça consensual – porque ainda não se chegou ao sim”.

O professor Giuseppe de Palo (Jams International), por sua vez, apresentará o tema “O que o Estado pode fazer para fomentar a prática privada: a experiência italiana”. Durante o evento, serão realizados seminários simultâneos.

TJMA adquire sistema de pesquisa para magistrados e servidores

Já está disponível na intranet do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a "Revista dos Tribunais On Line" - sistema virtual de informações sobre legislação, doutrina, e jurisprudência e outras publicações jurídicas. O acesso ao conteúdo é exclusivo para magistrados e servidores e pode ser feito de todo o Estado, do local de trabalho do usuário.

Por meio de um contrato com vigência de um ano, o

TJMA investiu recursos do Fundo de Modernização e Aparelhamento do Judiciário (Ferj) na aquisição da plataforma, que agrega conteúdos de jurisprudência, legislação, doutrina, súmulas, pareceres, entre outros oriundos de sites da internet, incluindo cortes estaduais e federais, tudo em um só lugar e atualizado diariamente.

O sistema oferece conteúdo online da Revista dos Tribunais desde 1986, bem como de

mais 12 revistas especializadas em diversos ramos do Direito editadas pela RT, que foi adquirido pelo grupo Thomson Reuters e também traz conteúdo noticioso nacional e internacional, com atualizações diárias.

O sistema foi apresentado na última terça-feira (25) aos servidores das bibliotecas do Tribunal, Fórum e Escola da Magistratura e assessores jurídicos. O advogado e gerente de treinamento da RT, Rodolfo Franco, ministrou uma palestra

de apresentação do sistema e demonstrou como funciona a pesquisa de dados na prática.

O instrutor explicou as funcionalidades do sistema e deu dicas sobre como otimizar a pesquisa, orientando os usuários a realizar a busca das informações pelo tema e conforme a ortografia vigente, e informou que o usuário terá suporte técnico à distância, para orientações e esclarecimento de dúvidas ou recebimento de sugestões.

Tribunal

Já está disponível na intranet do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a “Revista dos Tribunais On Line” – sistema virtual de informações sobre legislação, doutrina, jurisprudência e outras publicações jurídicas. O acesso ao conteúdo é exclusivo para magistrados e servidores e pode ser feito de todo o estado. O TJMA investiu recursos do Fundo de Modernização e Apeelamento do Judiciário (Ferj).

O PRESIDENTE do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Luiz Almeida, participa, nesta sexta-feira, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, da Iª Conferência Nacional de Conciliação e Mediação. Ele vai acompanhado dos juízes Nelson Moraes Rego e Alexandre Abreu (coordenador do núcleo).

Conferência

O presidente do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Luiz Almeida, participa, amanhã, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, da I Conferência Nacional de Conciliação e Mediação. Na oportunidade, os agentes envolvidos com o sistema judicial vão desenvolver um debate visando potencializar os métodos consensuais de resolução de conflitos.

Amma reúne juristas para debater as alterações no Código de Processo Civil

Evento reúne, hoje e amanhã, magistrados, membros do Ministério Público e advogados

A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), em parceria com a Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam), promove hoje e amanhã o seminário *Direito Processual Contemporâneo*, com a participação de magistrados, membros do Ministério Público e advogados.

O objetivo do seminário é debater as modificações apresentadas pelo Projeto de Lei do Senado – PLS nº 166/10 que trata do novo Código de Processo Civil, o qual tem despertado ampla discussão em âmbito nacional por sua importância e pelas profundas modificações que proporcionará ao direito processual.

Sob a organização do juiz Hólídice Barros, diretor Acadêmico da Amma, e do professor Alexandre Freire, o seminário será rea-

lizado no auditório desembargador Filgueiras, térreo do Fórum do Calhau, no horário das 7h30 às 12h30 e das 14h30 às 19h.

Tema - A conferência de abertura será sobre o tema *O Processo Civil Contemporâneo e o projeto do novo CPC*, tendo como palestrante Ronaldo Cramer, doutorando em Direito Processual Civil pela PUC-SP, mestre em Direito Processual pela PUC-SP, professor da PUC-RJ e FGV-RJ e Vice-Presidente da OAB-RJ.

Serão debatidos ainda os temas *Precedentes judiciais no projeto do novo CPC e análise econômica da litigância; Sistema de multiportas e tendências de dimensionamento da litigiosidade repetitiva; Tutela antecipada no projeto do novo CPC; Processo de Execução e cumprimento de sentença; Recursos no Projeto do Novo CPC; Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Poderes e deveres dos juízes no projeto do novo Código de Processo Civil.*

CPI da Mulher pode encerrar trabalhos por falta de denúncias

Deputada Francisca Primo (PT), presidente da comissão, diz que faltam objetos de investigação que a justifiquem

Ronaldo Rocha

Da editoria de Política

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga violência contra a mulher no Maranhão, pode encerrar os trabalhos já no próximo mês, por falta de novos objetos de investigação. Os casos que até então haviam sido denunciados ao colegiado já foram solucionados ou estão sob investigação da polícia. A falta de informações por parte das Delegacias Especializadas da Mulher também dificulta as atividades do colegiado. Do total de 19 delegacias em todo o estado, apenas cinco enviaram relatório à CPI.

A CPI da Mulher tem até 26 de julho para entregar à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa o relatório final das investigações. A comissão, no entanto, pode pedir a prorrogação de prazo para mais 120 dias. Até o momento, os membros do colegiado não decidiram se continuam ou param as atividades.

De acordo com a presidente da comissão, deputada estadual Francisca Primo (PT), a possibilidade de encerrar os trabalhos está na ausência de novas denúncias. "Infelizmente, as mulheres não estão denunciando. Até hoje, recebemos apenas dois casos, um inclusive de Raposa, mas que está sendo acompanhado pela Justiça. A vítima de pressão psicológica, que vive sob ameaça, já está em processo de divórcio do seu agressor. Todos os demais casos ou foram solucionados pela polícia ou estão

sendo devidamente acompanhados pelas autoridades, que não se omitiram em nenhum deles", disse.

Um dos casos já solucionados e que não precisará mais de uma investigação da CPI diz respeito à atuação da Delegacia da Mulher de Açailândia. A titular da unidade, delegada Clenir Reis, foi presa pela Polícia Civil há duas semanas, sob a acusação de extorsão contra acusados e de não concluir inquéritos policiais. "Era estranha a ausência de relatórios, de casos de mulheres agredidas naquela cidade. A delegada, que extorquia as pessoas, não cumpria com o seu papel de investigadora. Mas a situação foi contornada a partir do momento em que ela foi presa", afirmou.

Informações - Além da ausência de objeto de investigação, a CPI também enfrenta problemas com a falta de informações por parte das autoridades policiais do estado. Desde o início dos trabalhos o colegiado solicitou das 19 Delegacias Especializadas da Mulher no Maranhão, dados sobre inquéritos não concluídos - e as justificativas -, total de mandados de prisão cumpridos e a situação estrutural de cada unidade. Apenas as delegacias de São Luís, Imperatriz, São João dos Patos, Presidente Dutra e Caxias, no entanto, haviam encaminhado seus relatórios aos parlamentares até o fechamento desta edição.

As delegacias instaladas nas cidades de Açailândia; Bacabal; Barra do Corda; Barreirinhas;

Chapadinha; Codó; Itapecuru-Mirim; Pedreiras; Rosário; Santa Inês; Timon; Viana; Zé Doca e Balsas, não disponibilizaram os dados. A solicitação que havia sido encaminhada pela CPI à cidade de Balsas chegou a ser devolvida pelos Correios, após o carteiro ter se dirigido àquela unidade três vezes, mas não ter encontrado ninguém.

"Estamos reenviando todas as solicitações para as delegacias. Se até a próxima semana não recebermos os dados, vamos intimá-los a disponibilizarem os documentos num prazo de 24 horas. Persistindo o descumprimento, os delegados deverão prestar depoimento à CPI", afirmou a deputada.

A CPI da Mulher está fazendo um levantamento e irá compor um relatório sobre situação de in-

fraestrutura de todas as Delegacias Especializadas da Mulher, de Institutos Médico Legal (IML), Instituto de Criminalística (Icrim) e demais órgãos que estão ligados à defesa da mulher agredida em todo o estado. O objetivo é apontar falhas e propor melhorias ao Estado.

No dia 2 de maio, o deputado Roberto Costa (PMDB), que atua como relator da CPI da Mulher, afirmou que havia a possibilidade de arquivamento do colegiado, por ausência de um caso concreto de investigação. Na oportunidade, o parlamentar explicou que os três casos apresentados pela deputada Eliziane Gama (MD) na ocasião da instalação da CPI, já haviam sido solucionados pela polícia, e que, por isso, não havia o que investigar.

Mais

As regras de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito estabelecem que é necessária a definição de um fato concreto de investigação. No caso da CPI da Mulher, o que existe é um conceito - a violência contra a mulher. Na avaliação do deputado Roberto Costa, os casos relativos a esta situação e gênero são resolvidos na polícia e julgados na Justiça. Não há, portanto, em sua opinião, fato concreto para a CPI investigar na Assembleia Legislativa.



CPI da Mulher já dura mais de dois meses, sem caso concreto a investigar, segundo Roberto Costa

FIM DO AUXÍLIO MORADIA

Os debates sobre reformas institucionais e políticas que dominam os noticiários do Brasil e do Maranhão chegaram a Tribuna da Assembleia Legislativa, na manhã de ontem (26). O deputado estadual Bira do Pindaré (PT) anunciou que apresentará novamente uma indicação a Mesa Diretora da Casa, no sentido de que ela ponha fim ao auxílio-moradia aos parlamentares. O petista e o líder da oposição, deputado Rubens Júnior (PC do B) são os únicos que não recebem a gratificação. Os dois entraram com um pedido junto à Mesa da Casa para não receberem mais a gratificação. Bira cobrou um posicionamento de vanguarda da Assembleia Legislativa, que seria a extinção do auxílio a todos os deputados estaduais. Em resposta ao deputado Bira, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo (PMDB), afirmou que seguiria o exemplo da Câmara Federal, portanto vai manter o auxílio-moradia para os deputados estaduais.

"SEM ACORDO NA ALEMA"

O deputado Bira já havia apresentado uma indicação, com o mesmo propósito, a Mesa Diretora da Casa em outra oportunidade, que também foi rejeitada. "Eu estou reiterando esse pedido, eu acho que chegou a hora da Assembleia também fazer o seu gesto e nós sabemos o quanto esse tema foi desgastante para esta Casa, e o quanto o povo do nosso Estado clama em razão de situações como essa, distorções com essa depõem contra a Instituição", defendeu Bira. A luta de Bira pela moralização do parlamento e das instituições chegou ao Poder Judiciário. O petista apresentou uma emenda ao Projeto de Lei 093/2013 que prevê a regulamentação do Auxílio-Moradia ao Poder Judiciário do Maranhão. Quando Bira renunciou o auxílio-moradia, o fez por residir em São Luís e a emenda proposta disponibilizaria o benefício apenas aos magistrados que não possuam residência própria na comarca onde trabalham. A emenda foi rejeitada em votação na Assembleia Legislativa e a benesse é concedida a todos os magistrados.

PROTESTO

Quilombolas bloqueiam a MA-014

ISMAEL ARAÚJO

Mais uma vez, a MA-014, entre as cidades de Olinda Nova e São Vicente Férrer, é palco de manifestação. No começo da tarde de ontem, comunidades quilombolas do povoado de Charco bloquearam a rodovia em protesto por conta da demora na titulação de suas terras. Um extenso engarrafamento foi formado no local.

A reportagem de **O Imparcial** entrou em contato, via telefone, com a delegacia de São Vicente Férrer, e conversou com o agente da Polícia Civil Adailson Coelho, que informou que cerca de 200 quilombolas tinham bloqueado a estrada, nas proximidades do povoado de Santa Rita, distante 10 quilômetros do município. A ordem dos manifestantes era somente para passar pessoas a pé, pois

carros particulares, ônibus, caminhões e até mesmo carroças não tinham a permissão para transitar pela via.

Equipes das polícias Militar e Civil foram encaminhadas para o local para tentar solucionar o problema e ainda controlar o trânsito na via, porque havia se formado um extenso engarrafamento.

O juiz titular da Comarca de São Vicente Férrer, Carlos Alberto Ribeiro, em companhia dos agentes da Polícia Federal e policiais militares, estiveram na comunidade de Charco. "A área dessa fazenda está em litígio entre os familiares de Manuel Gentil e os moradores do Charco, inclusive, até morte já ocorreu", informou o agente da Polícia Civil Adailson Coelho

O soldado da PM Costa, lotado na 13ª Companhia Inde-

pendente, disse que policiais de Viana, Olinda e São Vicente Férrer foram deslocados para a MA-014.

Até o fechamento desta edição, os quilombolas permaneciam no local. "As equipes foram enviadas para o local e, no entanto, não temos mais detalhes sobre o fato, devido à dificuldade de comunicação, pois lá não pega celular", explicou o policial.

Memória

Protesto

Em abril de 2012, mais de 250 quilombolas bloquearam a MA-014, com mais de 20 comunidades, e protestavam por titulação de suas terras, em repúdio à PEC 215, que transferiria do Legislativo para o Senado a competência para a demarcação de territórios indígenas, quilombolas e outros.

TJ-MA adquire sistema de pesquisa virtual para magistrados e servidores

Já está disponível na intranet do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), a "Revista dos Tribunais On Line" – sistema virtual de informações sobre legislação, doutrina e jurisprudência e outras publicações jurídicas. O acesso ao conteúdo é exclusivo para magistrados e servidores e pode ser feito de todo o estado, do local de trabalho do usuário.

Por meio de um contrato com vigência de um ano, o TJ-MA investiu recursos do Fundo de Modernização e Aparelhamento do Judiciário (Ferj) na aquisição da plataforma, que agrega conteúdos de jurisprudência, legislação, doutrina, súmulas, pareceres, entre outros oriundos de sites da internet, incluindo cortes estaduais e federais, tudo em um só lugar e atualizado diariamente.

O sistema oferece conteúdo online da Revista dos Tribunais desde 1986, bem como de mais 12 revistas especializadas em diversos ramos do Direito editadas pela RT, que foi adquirido pelo grupo Thomson Reuters e também traz conteúdo noticioso nacional e internacional, com atualizações diárias.

O sistema foi apresentado na última terça-feira (25) aos servidores das bibliotecas do Tribunal, Fórum e Escola da Magistratura e assessores jurídicos. O advogado e gerente

de treinamento da RT, Rodolfo Franco, ministrou uma palestra de apresentação do sistema e demonstrou como funciona a pesquisa de dados na prática.

O instrutor explicou as funcionalidades do sistema e deu dicas sobre como otimizar a pesquisa, orientando os usuários a realizar a busca das informações pelo tema e conforme a ortografia vigente, e informou que o usuário terá suporte técnico à distância, para orientações e esclarecimento de dúvidas ou recebimento de sugestões.

"Essa plataforma vai facilitar a vida dos profissionais porque integra as principais fontes do Direito, sem que seja necessário o usuário utilizar outros sistemas ou sair em busca da informação em outras fontes. Os profissionais do Tribunal terão informações precisas, atualizadas e acessadas de maneira mais rápida", ressaltou.

Segundo a coordenadora da biblioteca do TJ, Cíntia Andrade, a adoção do sistema permite que o conteúdo jurídico de interesse do Tribunal chegue mais rápido, em todas as unidades administrativas e comarcas. "Com esse serviço, a biblioteca vai ao encontro dos seus usuários, contribuindo para a disseminação da informação jurídica e para a melhoria da prestação jurisdicional", disse.



O evento é uma promoção do Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário, e tem como objetivo divulgar práticas conciliatórias e estimular a construção de políticas públicas permanentes de mediação e conciliação junto à sociedade”, informa o o presidente do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Luiz Almeida, que participa, nesta sexta-feira (28), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, da I Conferência Nacional de Conciliação e Mediação.

Desembargador José Luiz Almeida participa de Conferência de Conciliação em Brasília

O presidente do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador José Luiz Almeida, participa, nesta sexta-feira (28), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, da I Conferência Nacional de Conciliação e Mediação. Acompanham o desembargador os juizes Nelson Morais Rego e Alexandre Abreu (coordenador do núcleo).

“O evento é uma promoção do Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário, e tem como objetivo divulgar práticas conciliatórias e estimular a construção de políticas públicas permanentes de mediação e conciliação junto à sociedade”, informa o desembargador.

Na oportunidade, os agentes envolvidos com o sistema judicial irão desenvolver um debate visando potencializar a utilização dos métodos consensuais de resolução

de conflitos pela sociedade.

A palestra magna será proferida pelo professor Rory Van Loo (Universidade de Harvard), com o tema “Desafios para a construção de uma justiça consensual – porque ainda não se chegou ao sim”.

O professor Giuseppe de Palo (JamsInternational), por sua vez, apresentará o tema “O que o Estado pode fazer para fomentar a prática privada: a experiência italiana”. Durante o evento, serão realizados seminários simultâneos.

Além de magistrados e promotores de Justiça, participarão do encontro procuradores de Estado, defensores públicos, procuradores municipais, procuradores do trabalho, advogados, servidores do Judiciário, gestores de Órgãos do Executivo, acadêmicos em Direito, psicólogos, administradores, assistentes sociais, bem como conciliadores, mediadores, árbitros e estudantes.

AMMA reúne juristas para debater as alterações no Código de Processo Civil

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), em parceria com a Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam), promoverá nesta quinta e sexta-feira, 27 e 28 de junho, o seminário "Direito Processual Contemporâneo", com a participação de magistrados, membros do Ministério Público e advogados.

O objetivo do seminário é debater as modificações apresentadas pelo Projeto de Lei do Senado – PLS nº 166/10 que trata do novo Código de Processo Civil, o qual tem despertado ampla discussão em âmbito nacional por sua importância e pelas profundas modificações que proporcionará ao direito processual.

Sob a organização do juiz Hóldice Barros, diretor Acadêmico da AMMA, e do professor Alexandre Freire, o seminário será realizado no auditório desembargador Filgueiras, térreo do Fórum do Calhau, no horário das 7h30 às 12h30 e das 14h30 às 19h.

A conferência de abertura será sobre o tema "O Processo Civil Contemporâneo e o projeto do novo CPC", tendo como palestrante Ronaldo Cramer, doutorando em Direito Processual Civil pela PUC-SP, mestre em Direito Processual pela PUC-SP, professor da PUC-RJ e FGV-RJ e vice-presidente da OAB-RJ.

Sejap participa de discussão sobre Lei de Execução Penal

O secretário de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa, esteve presente na audiência pública para discutir propostas de aprimoramento da Lei de Execução Penal (LEP). Realizada pela Comissão Especial de Juristas, criada recentemente pelo Senado Federal, em parceria com a Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão, a audiência aconteceu na sexta-feira (21), em São Luís.

Com o objetivo de colocar em pauta as alterações, analisar e discutir as ideias levadas para contribuir nas mudanças na Lei de Execução Penal (LEP), a audiência teve a participação de representantes de gestores públicos, juízes da execução penal, autoridades do setor de segurança pública e jurídica e membros do conselho de comunidade.

Para Sebastião Uchoa, a Lei é boa, mas é preciso atualizá-la

de modo que possa ser efetivada melhorando, principalmente, a forma de gestão. “A audiência, com certeza, é necessária para traçar as adequações necessárias. A Comissão age acertadamente quando inclui as partes mais interessadas para acrescentar e discutir as melhorias para a LEP”.

O promotor de Justiça de Pernambuco e representante da Comissão Especial dos Juristas do Senado, Marcelo Ugiette, destacou a importância do momento. “É um processo difícil e que requer esforço e atenção para que um resultado adequado seja realizado”. Outras audiências

devem ser realizadas até a apresentação do anteprojeto de atualização da LEP.

Durante o evento, Uchoa destacou como o modelo empregado pelo método Apac influem positivamente na reintegração social e melhor cumprimento da pena. “A APAC é uma ferramenta que vem dando resultados. O avanço do sistema e a redução da criminalidade quando inserido o método APAC em suas ações é notório. Seria de grande valia prestigiá-la na Lei de Execução Penal”.

Imperatriz – De acordo com o secretário, a nova Penitenciária de Imperatriz, que será entregue em setembro, será administrada sob método APAC e abrangerá dos três regimes de cumprimento de pena, zerando o déficit carcerário em toda a Região Tocantina. “Precisamos eliminar a reincidência criminal em nosso país e o modelo tradicional de cumprimento de pena, tem sido entrópico”.

DIVULGAÇÃO



Secretário Sebastião Uchoa acompanhou as discussões sobre a LEP



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2013

Processo nº. 21.540/2013

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do PREGÃO ELETRÔNICO Tipo **MENOR PREÇO**, por **LOTE**, pelo Sistema de Registro de Preços, para Aquisição de Condicionadores de AR, para readequações do Termo de Referência.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia 27/06/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília) está cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a consequente publicação do aviso.

São Luís, 26 de junho de 2013

RAULIFRAN DA SILVA COSTA

Pregoeiro TJ/MA

Edson Vidigal



VÂNDALOS

As passeatas seguiam mornas e insossas como uma enxurrada breve que se dilui quando a chuva acaba. Tudo parecia indicar que seria mais um arroubo instantâneo de uma insatisfação passageira.

Afinal, protestar contra 20 centavos a mais numa passagem de ônibus não faria muito sentido ainda mais considerando que era apenas um reajuste mínimo.

Não havia a menor possibilidade de revogar o reajuste, avisou o prefeito alertando que haveria um rombo nas contas públicas impossível de consertar.

O bom senso parecia indicar que com aquela passeata, já em seu terceiro dia, a rapaziada só pretendia marcar posição para depois, mesmo indignada, voltar para casa.

Como em tudo no mundo há um porém e quando não há um porém há um de repente, não mais que de repente tal como ocorreu naquele poema do Vinicius, o de repente naquela passeata chegando à boca da noite aconteceu.

Uma saraivada de balas de borracha desfechada por alguns policiais sangrou rapazes, moças, dentre eles também jornalistas.

Foi quando, também de repente, surgiram na cena os vândalos. Os providenciais vândalos. Sem a reação deles acertando uma pedrada num policial e alcançando em danos alguns símbolos da dominação vigente – bancos e repartições, o bicho anunciado não teria

pegado.

Em questão de horas a bandeira contra os 20 centavos atçou os brios da cidadania de milhões de brasileiros pelo país afora e, aos poucos, fomos notando que a causa não era só pelos centavos. Era para repor o Brasil aos brasileiros.

Fora a canalha do poder, os estelionatários da boa-fé do povo, os ladrões do dinheiro público. Reforma política já!

A revolução francesa começou por conta de um aumento no preço do pão, o que teria motivado Maria Antonieta, a Rainha, dizem, àquela proposta cínica – não tem mais pão? Dá brioche... Sim, brioche era o que a realza comia.

Despertado enfim o gigante adormecido, o governo se coçou e a Dilma, ah meu Deus, então falou aquelas coisas e quem não gostou foi investigar quanto nós pagamos para um japonês arrumar aquele topete dela e maquiá-la – R\$ 3.125 reais. Toda vez.

A polícia começou a caçar vândalos e a marcá-los com disparos de tinta para não escaparem das garras da lei. Não confundir vândalos cívicos com arruaceiros marginais. Até aqui causaram menos dano à ordem pública do que os políticos aos cofres públicos.

Foram os vândalos que tomaram Cartago dos romanos criando um Estado independente no norte da África. Seriam ancestrais dos poloneses. Por via de consequência, mais remotamente, do Santo Padre, o Papa João Paulo II.

Portanto, mais respeito com os vândalos.

A nossa história registra um incêndio no prédio do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. A população revoltada queria impedir que se proclamasse eleito um candidato em que a maioria realmente não votara.

O que aconteceu? O prédio da Justiça Eleitoral na Rua do Sol ainda ardia em chamas quando na sede do Tribunal de Justiça a Corte eleitoral se instalou.

Palavras do desembargador presidente ao abrir a sessão:

- Senhores! Vândalos nesta madrugada tentaram empanar o brilho desta eleição. No entanto, não alcançaram o seu desiderato. Vou proclamar o resultado da eleição...

E para efervescência da indignação geral, proclamou.

Dentre os vândalos, um estudante de direito - futuro governador que depois foi presidente da República. Ainda se fazem vândalos como antigamente?